

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)
4º Trimestre de 2010

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

No ano acabado no 4º trimestre de 2010, a necessidade de financiamento da economia diminuiu, atingindo 8,5% do PIB face aos 9,2% verificados no ano acabado no trimestre anterior. Esta variação esteve associada sobretudo a uma diminuição da necessidade de financiamento das Administrações Públicas (que passou de 10,1% no 3º trimestre para 8,7% do PIB no 4º trimestre). Em parte, esta diminuição reflectiu um conjunto de factores específicos com impacto globalmente positivo no saldo de transferências de capital. Reflectiu ainda uma melhoria do saldo corrente das Administrações Públicas. A capacidade de financiamento das Famílias reduziu-se para 4,1% do PIB (4,3% no trimestre anterior), traduzindo a diminuição da respectiva taxa de poupança, que passou de 10,3% do rendimento disponível no ano acabado no trimestre anterior, para 9,8% no ano acabado no 4º trimestre de 2010.

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) dizem respeito à primeira versão do 4º trimestre de 2010 (Base 2006) das contas trimestrais por sector institucional. Dado que a informação de base utilizada pode ser sujeita a revisões, esta versão tem uma natureza preliminar, verificando-se habitualmente revisões nos períodos para os quais ainda não se dispõe de contas anuais definitivas (neste caso desde o 1º trimestre de 2009). Estes resultados incorporam as novas séries das Contas Nacionais Trimestrais (CNT), consistentes com as Contas Nacionais Anuais de 2008 e com a notificação enviada pelo INE ao Eurostat no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, hoje divulgadas. As Contas Trimestrais por sector institucional diferem

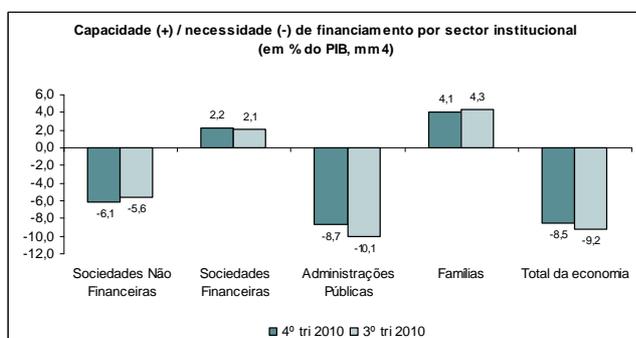
das CNT por não serem ajustadas de sazonalidade. Por esse motivo, **salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se a somas ou médias móveis de 4 trimestres (mm4), ou seja, correspondentes ao ano acabado no trimestre de referência**, o que permite eliminar flutuações de natureza sazonal e reduzir o efeito de oscilações irregulares. As taxas de variação apresentadas, taxas de variação em cadeia, comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

Adicionalmente, deve-se referir que as Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Esta nota informativa está organizada da seguinte forma: as próximas 4 secções descrevem a evolução dos principais agregados por sector institucional; a secção seguinte sintetiza esta evolução em termos dos agregados respeitantes ao conjunto da economia portuguesa; a penúltima secção descreve o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida em termos macroeconómicos; a última secção refere os principais factores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

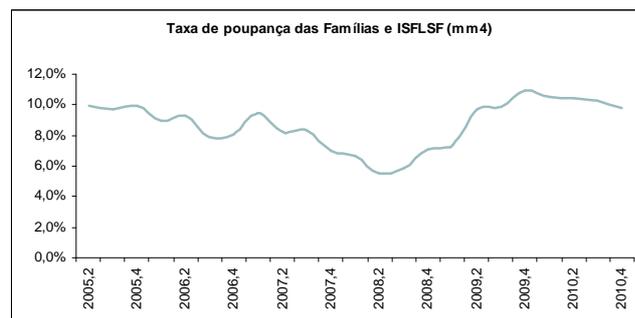
4º Trimestre 2010 – Principais resultados

No 4º trimestre de 2010 a necessidade de financiamento externo da economia atingiu 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no trimestre anterior. Este comportamento, como se pode observar no gráfico seguinte, reflecte sobretudo a redução da necessidade de financiamento das Administrações Públicas. Nos restantes sectores, é de assinalar que se verificou um aumento da necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras em cerca de 0,5 p.p..



Sector das Famílias¹

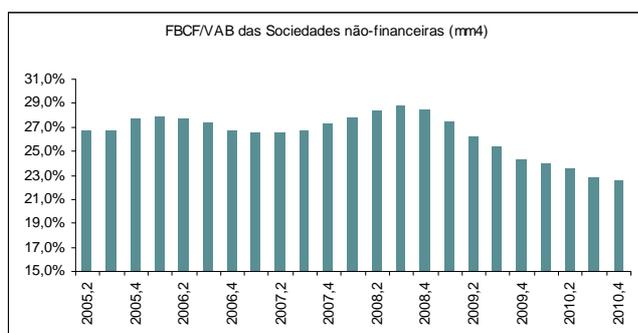
A redução da capacidade de financiamento do sector das Famílias, cujo peso no PIB se situou em 4,1%, menos 0,2 p.p. que o registado no trimestre anterior, reflecte sobretudo a redução da taxa de poupança. Efectivamente, a taxa de poupança no 4º trimestre de 2010 (ver gráfico seguinte) prosseguiu a trajectória decrescente fixando-se em 9,8% (10,3% no terceiro trimestre). A redução da taxa de poupança neste trimestre resultou do abrandamento mais significativo do rendimento disponível das famílias, que aumentou 0,3% no 4º trimestre e 0,8% no trimestre precedente), comparativamente ao registado no consumo final (crescimentos de 0,9% e 1,0% respectivamente no 4º e no 3º trimestres de 2010). Entre outros efeitos, o abrandamento do rendimento disponível esteve associado a um maior aumento no 4º trimestre dos impostos sobre rendimento e património e a uma redução das prestações sociais recebidas pelas famílias. Reflectiu, também, ao nível dos rendimentos primários, a desaceleração das remunerações do trabalho e a redução do excedente bruto de exploração/rendimento misto.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as

Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no sector das Sociedades Não Financeiras manteve a sua trajectória decrescente, passando de uma taxa de variação em cadeia de -2,0% para -0,8% do 3º para o 4º trimestres de 2010, respectivamente. A taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do sector) diminuiu cerca de 0,3 p.p. no 4º trimestre de 2010.



O aumento da necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras no 4º trimestre foi marcado pela redução expressiva do saldo de transferências de capital. Esta redução traduziu, em grande medida, o efeito específico de contrapartida do aumento das transferências de capital do sector das AP associado a fundos de pensões absorvidos por este sector institucional no 4º trimestre de 2010.

A capacidade de financiamento do sector das Sociedades Financeiras aumentou ligeiramente para 2,2% do PIB (mais 0,1 p.p. que no 3º trimestre de 2010).

instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

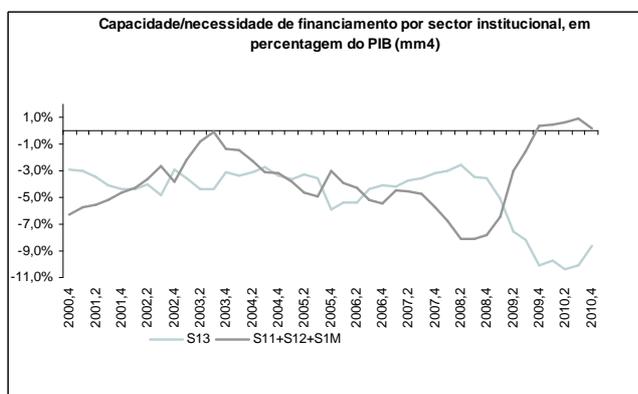
Considerando em conjunto os dois sectores das sociedades, verificou-se um aumento da necessidade de financiamento, que passou de 3,4% no 3º trimestre de 2010 para 3,9% do PIB no 4º trimestre de 2010.

Sector das Administrações Públicas

O sector das Administrações Públicas registou uma diminuição de 1,4 p.p. da necessidade de financiamento, que atingiu 8,7% do PIB no 4º trimestre de 2010. Esta redução da necessidade de financiamento resultou de uma poupança corrente menos negativa que no trimestre anterior (respectivamente, cerca de -11,3 e de -12,2 mil milhões de euros no 4º e no 3º trimestres de 2010) e, em maior grau, de um saldo positivo de transferências de capital (respectivamente, cerca de 1,2 e -0,3 mil milhões de euros no 4º e no 3º trimestres de 2010). A contribuir para a melhoria da poupança corrente, assinala-se a redução da despesa de consumo final das AP, associada em parte ao comportamento dos encargos com remunerações e o maior aumento das receitas fiscais. O comportamento do saldo das transferências de capital traduziu sobretudo o efeito conjugado de sinal oposto da operação de transferência do património do Fundo de Pensões para as AP e da classificação de sociedades neste sector que assumiram imparidades do Banco Português de Negócios.

Apesar da melhoria, o sector das Administrações Públicas continuou a ser o que apresenta a maior necessidade de financiamento. Note-se porém que no 4º trimestre de 2010, simultaneamente com esta melhoria, se registou uma diminuição da capacidade

de financiamento conjunta dos outros três sectores internos, que diminui de 0,9% do PIB no 3º trimestre de 2010 para 0,2% no último trimestre.



Total da Economia

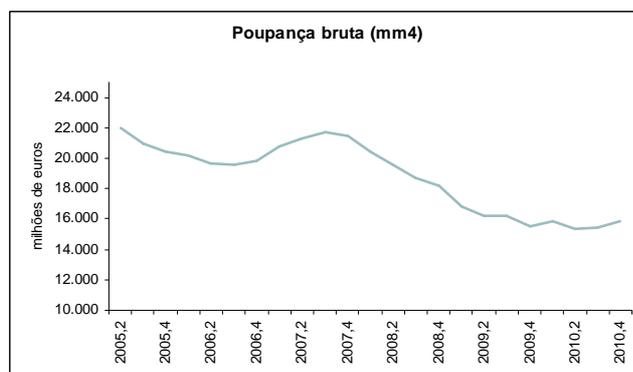
O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, no ano terminado no 4º trimestre de 2010, uma taxa variação em cadeia superior em 0,5 p.p. à taxa de variação do PIB, reflectindo a diminuição registada no défice dos rendimentos primários com o exterior.

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T1	170 302	0,6	164 684	0,5	166 343	0,4
2008T2	171 298	0,6	165 434	0,5	166 965	0,4
2008T3	172 133	0,5	165 931	0,3	167 567	0,4
2008T4	171 983	-0,1	165 836	-0,1	167 636	0,0
2009T1	170 742	-0,7	164 236	-1,0	165 969	-1,0
2009T2	169 296	-0,8	162 690	-0,9	164 365	-1,0
2009T3	168 670	-0,4	162 446	-0,2	163 886	-0,3
2009T4	168 610	0,0	161 825	-0,4	163 150	-0,4
2010T1	169 747	0,7	163 315	0,9	164 566	0,9
2010T2	170 881	0,7	164 439	0,7	165 826	0,8
2010T3	172 173	0,8	165 459	0,6	166 916	0,7
2010T4	172 546	0,2	166 698	0,7	168 000	0,6

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação em cadeia inferior em 0,1 p.p. à do RNB, devido à diminuição do saldo das transferências correntes com o exterior.

A despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das Administrações

Públicas) registou um aumento no 4º trimestre de 2010 inferior em cerca de 0,2 p.p. à do RDB, que se reflectiu num aumento da poupança bruta corrente da economia, como é visível no gráfico seguinte.



Os efeitos conjugados do aumento da poupança corrente, do aumento do saldo das transferências de capital com o exterior e a redução do investimento, determinaram a diminuição da necessidade de financiamento externo da economia em cerca de 0,7 p.p. do PIB, como se pode observar no quadro seguinte.

unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade de líquida de financiamento
2008T1	12,0	1,1	22,9	-9,7
2008T2	11,4	1,1	23,1	-10,6
2008T3	10,9	0,9	23,3	-11,6
2008T4	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009T1	9,9	0,8	22,1	-11,5
2009T2	9,6	1,0	21,2	-10,6
2009T3	9,6	1,1	20,4	-9,7
2009T4	9,2	1,1	19,9	-9,7
2010T1	9,3	1,1	19,7	-9,3
2010T2	9,0	1,0	19,6	-9,7
2010T3	9,0	1,0	19,2	-9,2
2010T4	9,2	1,3	19,0	-8,5

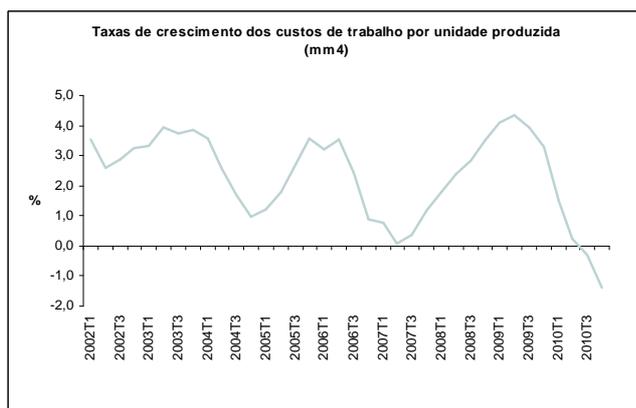
Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

A remuneração média² na economia desacelerou significativamente no 4º trimestre, estimando-se que

² Remuneração por trabalhador.

tenha aumentado 1,5%, menos 0,9 p.p. que no ano acabado no trimestre anterior.

Em consequência desta evolução e dos ganhos de produtividade registados, os CTUP nominais acentuaram a variação negativa no 4º trimestre de 2010, como se pode observar no gráfico seguinte:



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2010, é de destacar:

- (i) A incorporação dos resultados das Contas Nacionais anuais de 2008;
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT);
- (iii) A incorporação dos resultados das Contas das AP subjacentes à notificação do Procedimento dos Défices Excessivos hoje enviada ao Eurostat, nomeadamente no que se refere à delimitação do sector das AP.

- (iv) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente ao nível das estatísticas monetárias e da Balança de Pagamentos.

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11), Sociedades financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M), total da economia (S1) e Resto do Mundo (S2):**

– Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
 - P.31 Despesa de consumo individual
 - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
 - P.41 Consumo efectivo individual
 - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
 - P.51 Formação bruta de capital fixo
 - P.52
- Variação de existências
 - P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
 - P.61 Exportação de bens
 - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
 - P.71 Importação de bens
 - P.72 Importação de serviços

– Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
 - D.11 Ordenados e salários
 - D.12 Contribuições sociais dos empregadores
 - D.121 Contribuições sociais efectivas dos empregadores
 - D.122 Contribuições sociais imputadas dos empregadores
- D.2 Impostos sobre a produção e a importação

- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
- D.6 Contribuições e prestações sociais
 - D.61 Contribuições sociais
 - D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
 - D.63 Transferências sociais em espécie
- D.7 Outras transferências correntes
 - D.71 Prémios líquidos de seguros não-vida
 - D.72 Indemnizações de seguros não-vida
 - D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
 - D.74 Cooperação internacional corrente
 - D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
- D.9 Transferências de capital
 - D.91 Impostos de capital
 - D.92 Ajudas ao investimento
 - D.99 Outras transferências de capital
 - D.92 Subsídios ao investimento
 - D.99 Outras transferências de capital

– Outros registos de acumulação (K)

- K.1 Consumo de capital fixo

– Saldos (B)

- B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
- B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
- B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento